

PESQUISA QUALITATIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS BASES FILOSÓFICAS E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Lucila Pesce *

Claudia Barcelos de Moura Abreu **

RESUMO

O presente estudo bibliográfico busca dar sua parcela de contribuição para a discussão dos princípios norteadores da pesquisa qualitativa. Nesse movimento, tece considerações acerca do conhecimento científico, percebido como construção histórica, e enfatiza as bases filosóficas da pesquisa qualitativa e os princípios que integram os estudos e pesquisas classificados nessa abordagem metodológica. A discussão dos resultados deste estudo bibliográfico aponta a Fenomenologia e a Dialética como as grandes bases filosóficas da pesquisa qualitativa.

Palavras-Chave: Bases filosóficas da pesquisa qualitativa. Princípios da pesquisa qualitativa. Fenomenologia e Dialética.

ABSTRACT

QUALITATIVE RESEARCH: PHILOSOPHICAL FOUNDATIONS AND GUIDING PRINCIPLES CONSIDERATIONS

This literature search aims to contribute to the discussion of the guiding principles of qualitative research. With this move, we bring some scientific knowledge considerations, which are considered as a historical construction, and we emphasize the philosophical foundations of qualitative research and its guiding principles according to studies into this methodological approach. The results of this literature search highlights Phenomenology and Dialectic as the main foundations of qualitative research.

Keywords: Philosophical foundations of qualitative research. Principles of qualitative research. Phenomenology and Dialectic.

* Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unifesp. Endereço para correspondência: Estrada do Caminho Velho, 333. Bairro dos Pimentas – Guarulhos – São Paulo. CEP: 07252-312. lucila.pesce@uniesp.br / lucilapesce@gmail.com

** Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIFESP. Endereço para correspondência: Estrada do Caminho Velho, 333. Bairro dos Pimentas – Guarulhos – São Paulo. CEP: 07252-312. claudia.abreu@unifesp.br / claudia.bar.moura@gmail.com

Introdução

No presente estudo bibliográfico, buscamos contribuir para a discussão dos princípios que norteiam a pesquisa qualitativa, nas ciências humanas e sociais e, em especial, na área da Educação. Nesse movimento tecemos considerações acerca do conhecimento científico, concebido como construção histórica. É dado destaque à inexistência de uma verdade única. A seguir, procuramos refletir sobre as bases filosóficas da pesquisa qualitativa, das quais emergem os princípios norteadores dos estudos desenvolvidos nessa abordagem metodológica.

Conhecimento científico: uma construção histórica

De acordo com Souza (1995), na Antiguidade, o filósofo era matemático em virtude do fato de que ambos os campos do saber integravam-se. Na Modernidade, Filosofia e Ciência ganharam, cada qual, um estatuto próprio. Contudo, a despeito de cada uma das aludidas áreas terem ganhado estatuto próprio, as duas são consideradas construções históricas. “A ciência é uma das formas de conhecimento que o homem produziu no transcurso de sua história, com o intuito de entender e explicar racional e objetivamente o mundo para nele poder intervir” (SOUZA, 1995, p. 59). As considerações da autora tornam clara a ideia de que o conhecimento científico consubstancia-se como construção histórica, como tantas outras práticas sociais. Por essa razão há diversos tipos de conhecimento que integram os saberes da humanidade, que refletem condições materiais de um dado momento histórico, como o conhecimento artístico, o filosófico, o teológico, o estético e o conhecimento advindo do senso comum (ANDERY et al., 2007).

Dentre os diversos tipos de conhecimento destacamos, neste estudo bibliográfico, o conhecimento científico, por ter como objeto os fenômenos, naturais ou sociais, e como método a empiria. Entretanto vale ressaltar que a produção do conhecimento científico não é exclusiva do momento contemporâneo (ANDERY et al., 2007).

Quer nas primeiras formas de organização social, quer nas sociedades atuais, é possível identificar a constante tentativa do homem para

compreender o mundo e a si mesmo; é possível identificar, também, como marca comum aos diferentes momentos do processo de construção do conhecimento científico, a inter-relação entre as necessidades humanas e o conhecimento produzido: ao mesmo tempo em que atuam como geradoras e ideias de explicações, as necessidades humanas vão se transformando a partir, entre outros fatores, do conhecimento produzido (ANDERY et al., 2007).

No campo científico encontramos as ciências formais (afeitas aos estudos da Lógica e da Matemática) e as ciências factuais, que se subdividem em naturais e sociais. As ciências naturais abrangem as pesquisas da Física, da Química e da Biologia. As ciências sociais, como o Direito, a Sociologia e a Psicologia, dentre outras, têm como objeto de estudo os fatos sociais. A Educação, por sua vez, é um campo do conhecimento que se vale da Filosofia e de distintas ciências factuais. Desse modo, a Sociologia, a Antropologia, a História e a Psicologia integram, com a Filosofia, o que habitualmente se denomina “Fundamentos da Educação”.

Por fim, vale a pena reiterar a ideia de que as áreas do conhecimento científico devem ser concebidas como construção histórica, posto que este tipo de conhecimento situa-se como uma das práticas sociais da humanidade.

Refutação à verdade única

No campo da Ciência há distintos modos de desenvolver pesquisa científica, mormente as pesquisas cujo objeto são os fenômenos sociais. Corroborando este entendimento, Severino (1996) salienta que há vários processos de levantamento de dados empíricos e de interpretação lógica destes dados. Ao fazê-lo, o estudioso ratifica a ideia de que há diversos métodos epistemológicos válidos à compreensão dos dados da investigação, de modo a esclarecer a inexistência de uma verdade única no seio da Ciência. Em seu dizer: “A multiplicidade de aspectos pelos quais a realidade se manifesta abre igualmente uma multiplicidade de métodos de configuração dos dados fenomenais bem como uma multiplicidade de métodos epistemológicos.” (SEVERINO, 1996, p. 118). Chizzotti (2006, p. 24) converge para esse entendimento:

É ilusória a pretensão de validade, objetividade e verdade das teorias científicas. A crítica radical de Feyerabend pretende liquidar com ilusória presunção dos epistemólogos em acreditar que algumas normas simplificadas possam captar o universo de significados da realidade [...]

Ao apontarem que o método científico é historicamente determinado e, como tal, deve ser compreendido sempre a partir deste ponto de vista, Andery et al. (2007) corroboram a compreensão de que, no campo da Ciência, não há verdade absoluta. Apoiadas na perspectiva dialética, salientam que a multiplicidade do método deriva das condições materiais do momento histórico da construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que este conhecimento interfere nas aludidas condições históricas.

As autoras também observam que além dos métodos científicos transformarem-se no decorrer do tempo, em um mesmo momento histórico coexistem diferentes abordagens metodológicas, emanadas de distintas concepções de ser humano, de natureza e de conhecimento. As distintas vertentes metodológicas manifestam-se nas características da pesquisa científica. É oportuno observar que as características da pesquisa qualitativa provêm de bases filosóficas. Dentre elas destacam-se a Dialética e a Fenomenologia, que questionam os princípios do Positivismo, como veremos a seguir.

Investigação qualitativa: bases filosóficas

Grosso modo, as bases filosóficas da investigação qualitativa amparam-se em duas correntes: a Dialética e a Fenomenologia. As considerações sobre Dialética tecidas no presente artigo têm por base os estudos de Triviños (1987), Sanfelice (2005), Guba e Lincoln (1994), a partir das ideias de Engels (1985). As reflexões sobre Fenomenologia partem dos estudos de Moreira (2002), Masini (1994) e Triviños (1987), com base nas ideias de Husserl (1982) e Merleau-Ponty (1999).

Dialética

A pesquisa com base na Dialética tem como fundamento o materialismo histórico. Para Triviños

(1987, p. 51), o materialismo histórico consubstancia-se como “[...] a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade”.

A dialética hegeliana, de base idealista, ampara-se na análise das contradições para compreender a essência de um dado fenômeno. Essa busca é feita por meio da tríade tese – antítese – síntese, que se volta à compreensão dos contrários, imanentes ao fenômeno humano. Por sua vez, a vertente dialética de base materialista procura compreender as leis sociológicas, sua evolução histórica e a prática social, no transcurso do seu desenvolvimento. Na perspectiva marxiana, conhecimento e teoria do conhecimento são expressões históricas. Ao defender a ideia de que a consciência humana imbrica-se à sua materialidade histórica, Marx e Engels sinalizam que a essência do fenômeno pode ser compreendida por intermédio da análise das suas contradições, capturadas na sua materialidade histórica. Dessa forma, a ênfase na materialidade histórica é o que diferencia a dialética marxiana da dialética hegeliana.

Enquanto perspectiva ontológica (conjunto de leis que governam a realidade social) e epistemológica (método científico), a Dialética marxiana não pode ser restritamente compreendida como lógica ou como método de pesquisa. A Dialética marxiana percebe o conhecimento e as teorias do conhecimento como expressões históricas e se ampara em três princípios: a contradição, a tensão e a superação. O primeiro expressa a ideia de que a luta dos contrários é imanente à identidade dos fenômenos. O segundo assevera que entre qualquer forma e o que ela é, há também o devir. E é na perspectiva do devir que a Dialética marxiana defende a relatividade do conhecimento, uma vez que este se constitui em parte de um todo em movimento. O terceiro princípio – o da superação – fundamenta-se na ideia de que a evolução emana de uma fase anterior menos desenvolvida e que a superação resulta da contradição.

Matéria, consciência e prática social são categorias muito relevantes na Dialética marxiana, posto que a matéria é percebida sempre a partir de sistemas concretos. A consciência está intimamente implicada na reflexão sobre a realidade objetiva. Nesse sentido, o trabalho e a linguagem

são elementos basilares ao desenvolvimento da consciência. Para a Dialética marxiana, a prática social situa-se como processo objetivo de produção material. Daí o estatuto de instância primordial da vida humana e da transformação do mundo. Por isso, a prática social pode ser considerada critério de verdade na teoria do conhecimento que se vale do materialismo histórico.

Na Dialética, o investigador parte dessas premissas anunciadas para dar início à pesquisa, com a contemplação viva do fenômeno, buscando perceber sua singularidade e delimitar suas características majoritárias. Analisa o fenômeno, observando os elementos que o integram, procurando estabelecer relações sociais e históricas. Quando necessário, vale-se de dados quantitativos do fenômeno. Por fim, procura caracterizar os aspectos fundamentais do fenômeno, sua realidade concreta, por intermédio de estudos das informações e observações, fazendo uso de descrição, classificação, análise das contradições do fenômeno em tela e síntese do observado a analisado.

Para tornar mais claro o movimento da investigação desenvolvida com base na Dialética marxiana, trazemos à baila a pesquisa de Vera Candau (1999) intitulada “Reformas Educacionais na América Latina”. Ao focalizar as aludidas reformas, a pesquisadora procura destacar os pontos centrais do discurso que as justifica, seus principais atores, sua aproximação com o projeto neoliberal hegemônico, assim como as estratégias utilizadas em sua implantação. Nesse panorama, inclui as reformas curriculares desenvolvidas em diversos países latino-americanos. Defende a necessidade de outros enfoques, ressaltando a importância de os países se unirem no esforço de promover outra reforma, que emane das bases e esteja voltada às reais demandas dos educadores. Em seu dizer, uma reforma que se preocupe com “questões relativas à identidade, às condições de trabalho, ao status econômico e social e à profissionalização dos professores” (CANDAUI, 1999, p. 41).

Nesse movimento de análise, a pesquisadora propõe como um dos desafios dos educadores desmistificar a aura de novidade e de avanço que cerca as reformas educacionais, de modo a percebê-las como instrumento que legitima o projeto socio-político hegemônico do atual momento histórico.

Ao constatar o caráter neoliberal e neoconservador das reformas educacionais latino-americanas, a pesquisadora anuncia o acento de tais reformas em indicadores como eficiência, eficácia e produtividade, em busca da inserção da educação dos países latinos na lógica da competitividade do mundo globalizado. Ao fazê-lo, Candau analisa o fenômeno observado – as reformas educacionais da América Latina –, tensionando, com categorias dialetizadas, a bipolaridade dessas reformas curriculares. Com a categoria de análise “descentralização-centralizadora”, a pesquisadora desvela o forte acento das aludidas reformas educacionais sobre a municipalização do ensino. Com a categoria de análise “centralização-descentralizada”, a estudiosa deflagra a tônica de tais reformas na implantação de sistemas nacionais de avaliação e de conteúdos básicos do currículo nacional (como as diretrizes e os referenciais) aliados a estratégias centralizadas de formação de professores.

Fica evidente como a pesquisadora analisa o fenômeno em tela – as reformas educacionais na América Latina – levantando suas principais características e buscando estabelecer as relações que este fenômeno apresenta com suas circunstâncias sociais e históricas. É oportuno observar o movimento de síntese da pesquisadora, ao delinear os aspectos fundamentais do fenômeno observado à luz das contradições que lhes são inerentes.

Fenomenologia

A Fenomenologia foi fundada por Edmund Husserl (1859-1938): matemático e filósofo que salientava que o conhecimento deve ser sempre questionado. Nesse movimento, Husserl advoga a ideia de que a base filosófica para a lógica e a matemática deve iniciar-se com uma análise da experiência que precede o pensamento formal. Outro grande representante da Fenomenologia é o filósofo francês Merleau-Ponty (1908-1961). Para Merleau-Ponty, o conhecimento do fenômeno é gerado em torno do próprio fenômeno e o ser humano assume a centralidade da discussão acerca do conhecimento, posto que o conhecimento emana e se realiza na sua corporeidade.

A pesquisa com base fenomenológica busca empreender investigações acerca de fenômenos

humanos. Nesse processo, o vivido e o experienciado assumem uma centralidade. As pesquisas desenvolvidas com base na Fenomenologia estão especialmente preocupadas com a análise dos relatos e as descrições dos sujeitos que vivenciaram o fenômeno em tela. A Fenomenologia questiona a premissa positivista de que o pesquisador deve buscar a neutralidade, salientando que tal premissa não considera as crenças e os valores presentes nos pensamentos e nas ações do investigador.

É comum assumir a ideia de que o método fenomenológico é particularmente indicado nos casos em que o método científico clássico não consegue apreender o fenômeno, em toda sua complexidade e inteireza. As pesquisas que contemplam a análise de fenômenos subjetivos têm como premissa a ideia de que as verdades essenciais sobre uma dada realidade amparam-se na experiência vivida. Por essa razão, é comum que as investigações desenvolvidas com base na Fenomenologia voltem-se à análise dos relatos e das descrições dos sujeitos que vivenciaram o fenômeno.

Diferentemente das pesquisas positivistas, a investigação com base na Fenomenologia não lida com o conceito de hipóteses (que devem ser verificadas), mas sim com o conceito de suposições (que devem ser respondidas, com base na análise dos relatos dos sujeitos).

A pesquisa desenvolvida com base na Fenomenologia postula a existência de dois mundos: o mundo da aparência e o mundo da essência. O mundo da aparência relaciona-se à dimensão objetiva, a qual se refere às manifestações dos sujeitos de pesquisa, ou seja, ao que eles fazem e dizem sobre o fenômeno observado. Por essa razão, o mundo da aparência é passível de ser identificável pelo pesquisador (observador externo). Por sua vez, o mundo da essência refere-se à dimensão subjetiva, relacionada à experiência, às emoções, aos pensamentos, às sensações. Por isso, para a Fenomenologia, o mundo da essência – ou sentido – dos fenômenos pode ser compreendido a partir do modo como ocorrem na experiência. A essência mostra-se, até onde é possível ao observador compreendê-la, no modo como os fenômenos vividos se manifestam. Diante dessa circunstância, o investigador fenomenológico busca ir além das aparências e se aproximar, tanto quanto possível, da essência do fenômeno, por meio da

apreensão do fenômeno de segunda mão: os relatos dos sujeitos de pesquisa. À guisa de capturar, tanto quanto possível, a essência do fenômeno observado, o pesquisador fenomenológico lança mão do círculo hermenêutico (compreensão – interpretação – nova compreensão) no momento da redução fenomenológica.

Graças à redução fenomenológica, o pesquisador consegue aproximar-se, tanto quanto possível, da essência do fenômeno observado. A redução fenomenológica é desenvolvida por meio de duas etapas: a análise ideográfica e a análise nomotética, oriunda da rede de significados dos depoimentos analisados. Na análise ideográfica, o pesquisador levanta as unidades de significado dos depoimentos dos sujeitos de pesquisa e, conseqüentemente, as asserções articuladas à linguagem desses sujeitos. Na análise nomotética, o pesquisador elabora a rede de significados, articulando as asserções de acordo com três indicadores: por convergência, divergência e transcendência. Esse movimento de análise possibilita ao pesquisador apreender a parcela invariante da experiência vivida comum a todos os sujeitos. Dessa apreensão, o pesquisador levanta as temáticas comuns aos participantes, que podem ser tomadas como categorias de análise, e os depoimentos singulares (idiossincráticos) dos sujeitos de pesquisa sobre o fenômeno.

Feita a análise, o investigador parte, então, para a coleta, reflexão e interpretação dos dados do mundo vivido, procurando os significados manifestos na situação de análise, sem lançar mão do seu marco teórico. Na Fenomenologia, tal atitude é denominada status de suspensão ou *epoché*. A *epoché* advoga a ideia de que a compreensão do fenômeno não emana dos fundamentos teóricos preconcebidos pelo investigador sobre o fenômeno estudado; ao contrário, deve emergir da compreensão do pesquisador, conforme este vá imergindo no fenômeno observado. Por isso, o pesquisador que se vale da vertente fenomenológica busca colocar suas pressuposições entre parênteses. A ação que advém do processo fenomenológico de investigação consubstancia-se como nova compreensão, revelada como proposta, em forma de novo questionamento.

As duas vertentes filosóficas da pesquisa qualitativa – Dialética e Fenomenologia – consubstan-

ciam-se como instâncias basilares dos princípios desta abordagem metodológica. Corroborando este entendimento, o quadro de Guba e Lincoln (1994, p. 109) – intitulado “Crenças Básicas (Metafísicas) dos Paradigmas Alternativos de Investi-

gação” (tradução livre do original “Basic Beliefs (Metaphysics) of Alternative Inquiry Paradigms”) – aponta a Dialética como uma das raízes de duas vertentes da pesquisa qualitativa: o Construtivismo e a Teoria Crítica.

Quadro 1 – Crenças Básicas (Metafísicas) dos Paradigmas Alternativos de Investigação

Item	Positivismo	Pós-positivismo	Teoria Crítica	Construtivismo
Ontologia	Realismo ingênuo	Realismo crítico	Realismo histórico (determinantes circunstanciais da pesquisa)	Relativismo (realidades construídas localmente)
Epistemologia	Dualismo Objetivismo Busca da verdade	Dualismo e objetivismo modificados Busca da verdade provável	Subjetivismo Busca de valores mediados	Subjetivismo Achados
Metodologia	Experimental Verificação de hipóteses Métodos quantitativos	Experimental modificado Pode incluir métodos qualitativos	Dialógica Dialética	Hermenêutica Dialética

Fonte: Guba; Lincoln (1994, p. 109).

Princípios da investigação qualitativa

As considerações deste item fundamentam-se em Bogdan e Biklen (1994), Chizzotti (1998), Triviños (1987) e Laville e Dionne (1999).

As raízes históricas da pesquisa em ciências humanas nos remetem à importância de Comte (1978), o qual, no século XIX, buscou auferir aos estudos desta área o atributo de Ciência. Com esse intento, Comte procurou estabelecer uma íntima relação entre ciência e técnica, no campo das humanidades, em reação à Filosofia especulativa. Por essa razão, o Positivismo imprime suma importância aos fatos e submete a imaginação à observação. Auguste Comte, no campo da Sociologia, e Stuart Mill, no campo da Psicologia, são grandes nomes do Positivismo.

Por mais que tenhamos consciência dos limites da vertente positivista para capturar os fenômenos humanos, em sua inteireza e complexidade, não há como deixar de reconhecer a relevância de Auguste Comte para o recrudescimento da pesquisa no campo das humanidades. Auguste Comte exerceu um papel primordial para que possamos, hoje em

dia, auferir aos estudos de humanidades o status de Ciência.

Olhar para o intento de Comte em auferir aos estudos em humanidades o status de Ciência, em uma época em que isso sequer era cogitado, explica a razão pela qual o Positivismo procura aproximar, em termos metodológicos, as ciências naturais e as ciências sociais, partindo do pressuposto de que ambas são regidas por leis invariáveis. Na vertente metodológica positivista, a objetividade científica fundamenta-se no tratamento estatístico dos dados. A variável é, portanto, considerada elemento fulcral à quantificação dos fatos sociais. Por isso, o pesquisador positivista deve medir relações entre os fenômenos, testar hipóteses e procurar estabelecer generalizações por intermédio de técnicas de amostragem, tratamentos estatísticos e estudos experimentais controlados e mensurados com absoluta precisão.

A atitude positiva recai sobre a descoberta das relações entre as coisas. Nesse movimento, o pesquisador, ao considerar os fatos como objeto da ciência, situa a causa como fato oculto que precisa ser descoberto para explicar o fato manifesto. Um investigador adepto à vertente positivista subme-

te um fato à experimentação, trabalhando com condições de controle, mensurando a constância das incidências e das exceções. De acordo com os pressupostos positivistas, tudo deve ser feito sem que o pesquisador influencie a realidade que observa. Para o Positivismo, o conhecimento científico caracteriza-se como o modo de conhecimento que não é imediatista, uma vez que nega qualquer perspectiva de superficialidade. Ao mesmo tempo procura atender ao princípio da generalidade, de forma que o resultado de uma pesquisa seja válido a distintas situações. Nessa perspectiva, o conhecimento científico é autocrítico, pois a comunidade científica julga suas próprias produções, já que não há conhecimento absoluto e definitivo. Por fim, caracteriza-se como atividade metódica, por meio da qual as ações poderão ser reproduzidas.

Todavia, assumir o princípio de verificação como demonstração de verdade aparta das ciências humanas distintos conhecimentos que não podem ser comprovados pela via do experimento. Os diversos valores culturais e as distintas circunstâncias sociais e históricas, a flexibilidade da conduta humana, a impossibilidade de o investigador não influenciar o fenômeno que observa são fatores que inviabilizam a almejada objetividade positivista.

De acordo com Santos (1988), as Ciências Sociais acolhem diversas tendências. A vertente positivista busca tomar para si os pressupostos das ciências naturais. De acordo com o referido sociólogo, as pesquisas fundadas no Positivismo adotam um modelo que imprime ao conhecimento um estatuto utilitário e funcional, por se apoiarem em conceitos como: a) o rigor científico a ser aferido pelas medições; b) a importância de o investigador buscar a neutralidade, para não interferir no fenômeno que observa; c) a relevância de os resultados da investigação poderem ser generalizados para distintas situações de análise; d) a importância da coleta de dados ater-se à amostra estatística (igual ou superior a 10% do universo observado); e) a necessidade de um dado trabalho ser desenvolvido com dois grupos: o grupo controle e o grupo experimental.

Chizzotti (2006) lembra que as investigações no campo das ciências humanas desenvolvidas sob a lógica das ciências naturais têm sido genericamente denominadas de pesquisas quantitativas, positivistas ou experimentais. Segundo o pesquisador,

tais investigações seguem um padrão que se apoia na observação, na formulação e na verificação de hipótese, bem como na predição e na explicação científica. Nesse intento, a pesquisa experimental lança mão da quantificação (quando estabelece frequência das ocorrências, por meio de tratamento estatístico) para estabelecer o determinismo funcional. Essas pesquisas pressupõem um modelo de investigação que emana das ciências naturais, que segue a lógica indutiva para estabelecer leis, por intermédio de verificações objetivas que se fundamentam na análise estatística.

Entretanto, a complexidade do ser humano e das sociedades que o acolhem dificilmente é passível de ser plenamente analisada segundo os indicadores positivistas. As particularidades humanas põem às claras a inadequação, em boa parte das vezes, dos pressupostos positivistas para o estudo dos fenômenos sociais. Ao menos esse tem sido o cabal argumento das duas grandes vertentes que põem em cheque o Positivismo: a Dialética e a Fenomenologia. Com tal questionamento, essas correntes reivindicam um estatuto epistemológico e metodológico próprio, considerando as especificidades do fenômeno humano como objeto de estudo das Ciências Sociais. Como adverte Santos (1988), a ação humana é eivada de subjetividade; por essa razão não há como explicá-la, na sua completude, tão somente a partir dos cânones positivistas, que se fundamentam em características exteriores e objetiváveis. Razão pela qual a pesquisa qualitativa ampara-se em outros princípios, como a não neutralidade do observador, posto tratar-se de sujeito imerso em circunstâncias historicamente datadas. Bogdan e Biklen (1994, p. 51) também chamam atenção para isso: “O processo de condução da investigação qualitativa reflecte uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados de forma neutra”.

A Ciência como prática social esclarece a ideia de que, na escolha do processo de pesquisa, a construção de conhecimento vale-se da compreensão e da interpretação dos significados construídos socialmente pelo investigador. Ou seja, a construção do conhecimento ocorre em condições historicamente datadas das teorias e métodos, assim como da temática de pesquisa. Em outros termos, o método científico é mais do que a descrição dos

passos da pesquisa. Daí as escolhas no processo de pesquisa emanarem de princípios ontológicos e epistemológicos do investigador e fundamentarem o modo pelo qual a pesquisa deverá ser desenvolvida. Ao falarmos da natureza do conhecimento científico, devemos ter em mente que embora a produção de conhecimento seja uma prática social e histórica – fato que, a princípio, poderia indicar algumas tendências –, o que ocorre é a convivência, nem sempre pacífica, de distintas visões de ciência e de abordagens metodológicas. Ou seja, em um mesmo momento histórico, nem todos os investigadores apoiam-se nos mesmos pressupostos, em função de distintos modos e de diferentes abordagens de pesquisa, as quais, por sua vez, acolhem diferentes visões de sociedade, de ser humano e de conhecimento.

Por essa razão, os momentos preliminares de uma investigação – em que o pesquisador traça o diagnóstico da realidade a ser observada, o modo de organizar os dados coletados e a delimitação da problemática de investigação – são feitos sempre a partir da materialidade histórica do pesquisador e das suas escolhas teóricas e metodológicas.

O que será pesquisado? Qual a relevância científica e/ou social do que será pesquisado? Onde a pesquisa será desenvolvida? Junto a quem? (quando a pesquisa envolve sujeitos)? De que modo (em termos de delineamento do método, de esclarecimento das fontes de informação, de instrumentos de coleta de dados e de perspectiva de análise e interpretação dos dados)? Essas são questões imanentes a todo e qualquer trabalho científico. Todavia, os pressupostos teóricos e metodológicos variam, a depender da cosmovisão do pesquisador.

Vale destacar que, a despeito das diferentes vertentes de pesquisa científica, todas se ancoram na busca por rigor, por meio de estudo sistemático, consistente, que procure plausibilidade e profundidade, quando do ato de investigar.

Em relação a isso, Severino (1996, p. 117) nos ensina:

Mas, qualquer que seja a forma do trabalho científico, é preciso lembrar que todo trabalho desta natureza tem por objetivo intrínseco a demonstração, o desenvolvimento de um raciocínio lógico. Ele assume sempre uma forma dissertativa, ou seja, busca demonstrar, mediante argumentos, uma tese,

que é uma solução proposta para um problema. Fatos levantados, dados descobertos por procedimentos de pesquisa e ideias avançadas, se articulam justamente enquanto portadores de razões comprovadas daquilo que se quer demonstrar. E é assim que a ciência se constrói e se desenvolve.

No tocante ao rigor inerente a todo e qualquer estudo científico aliado a aspectos éticos, Chizzotti (2006, p. 58) acrescenta:

Cresce, porém, a consciência e o compromisso de que a pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social, e os pesquisadores que optaram pela pesquisa qualitativa, ao se decidirem pela descoberta de novas vias investigativas, não pretenderam nem pretendem furtar-se ao rigor e à objetividade, mas reconhecem que a experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la.

A seu turno, Severino (1996, p. 117), ao tecer considerações acerca da natureza do conhecimento científico, deflagra a relação dialética entre teoria e dados empíricos:

Com efeito, a ciência depende da confluência dos dois [movimento teórico e movimento empírico, grifo nosso] que, considerados isoladamente, só têm sentido formal. Só a teoria pode dar ‘valor’ científico a dados empíricos, mas, em compensação, ela só gera ciência se estiver em interação articulada com esses dados empíricos.

Chizzotti (2006) sinaliza que a investigação científica é crivada pela combinação de várias concepções de mundo e de distintos pressupostos teóricos, que se revelam no método escolhido pelo pesquisador. Entretanto, seja qual for a vertente adotada, a investigação científica ergue-se em meio ao trabalho sistemático (definido segundo critérios claros, bem estruturados e amparados em uma vertente teórica e em uma perspectiva metodológica) de explicação ou compreensão dos dados observados.

Até agora esclarecemos a existência de distintas abordagens da pesquisa científica e consideramos sobre alguns indicadores da pesquisa positivista, também chamada de pesquisa quantitativa ou experimental. Sabemos que grande parte das pesquisas em ciências humanas e sociais, incluindo-se o campo da Educação, é desenvolvida sob a égide

da pesquisa qualitativa. Diante disso perguntamos sobre quais seriam as suas características fundamentais. Os autores acima citados anunciam que a pesquisa qualitativa abarca diversos tipos de investigação, tal como a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa etnográfica, a pesquisa histórica, a pesquisa ação, a pesquisa participante, o estudo de caso e o estudo de campo, dentre outros.

Chizzotti (2006, p. 28) refere-se às pesquisas designadas genericamente como qualitativas, ao dizer que “[...] usando, ou não, quantificações, pretendem interpretar o sentido do evento a partir do significado que as pessoas atribuem ao que falam e fazem”. E ainda:

A pesquisa qualitativa abriga, deste modo, uma modulação semântica e atrai uma combinação de tendências que se aglutinaram, genericamente, sob este termo: podem ser designadas pelas teorias que as fundamentam: fenomenológica, construtivista, crítica, etnometodológica, interpretacionista, feminista, pós-modernista. Pode, também, ser designada pelo tipo de pesquisa: etnográfica, participativa, pesquisa-ação, história de vida etc. (CHIZZOTTI, 2006, p. 30).

Muitos são os estudiosos que se voltam ao levantamento das características primordiais da pesquisa qualitativa, dentre os quais destacamos Bogdan e Biklen (1994), pelo foco na pesquisa qualitativa em Educação, revelado no levantamento de cinco características:

- Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal.

Bogdan e Biklen (1994) destacam a importância de o investigador comparecer ao *locus* da investigação, em tempo significativo, para de fato ser capaz de elucidar as questões de pesquisa. Nesse movimento, a coleta dos dados “em situação” necessita ser complementada por informações obtidas por intermédio do contato direto do investigador com a situação de análise. No tocante à compreensão do contexto, os autores asseveram que os locais devem ser compreendidos no contexto da história das instituições a que pertencem.

- A investigação qualitativa é descritiva.

Descrever significa assumir a ideia de que os dados são recolhidos em forma de palavras ou imagens e não de números. Isso porque há dados, como transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias, vídeos, documentos pessoais, memorandos e outros registros oficiais, que não são passíveis de serem reduzidos a símbolos numéricos. Esses dados devem ser analisados em toda a sua complexidade e inteireza, considerando-se o modo como foram registrados ou transcritos. O relatório de uma pesquisa qualitativa pode chegar a assumir um caráter “anedótico”, quando a descrição e a narração das situações são permeadas pela visão de mundo do pesquisador e dos observados. Os autores lembram que a coleta dos dados descritivos deve ser feita de forma minuciosa e o pesquisador deve se mostrar sensível aos detalhes que observou, pois todos eles são importantes para uma compreensão mais esclarecedora do objeto.

- Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos.

Para Bogdan e Biklen (1994) é primordial que o investigador não se restrinja aos resultados observados, mas, ao contrário, esteja atento a questões estritamente relacionadas ao processo da pesquisa. Nesse sentido, investigar sobre como as pessoas significam um dado fenômeno ou sobre como determinado assunto passa a integrar o senso comum pode fazer uma diferença primordial no campo da pesquisa qualitativa.

- Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva.

Outra questão apontada por Bogdan e Biklen (1994) é a tendência de os dados da investigação qualitativa serem analisados com enfoque indutivo. Na investigação qualitativa, o pesquisador não lida com hipóteses levantadas a priori, para serem confirmadas, ou não. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador levanta suposições no decorrer da investigação. O enfoque indutivo realiza-se em um movimento em que as abstrações vão sendo construídas à medida que os dados vão sendo coletados e agrupados. Bogdan e Biklen (1994) amparam-se no conceito de Teoria Fundamentada de Glaser e Strauss (1967), em que as categorias de análise,

ao invés de serem levantadas a priori, a partir do quadro teórico de referência, emergem da coleta dos dados. Dito de outro modo, a categorização ganha forma, na medida em que o pesquisador coleta e examina os dados. No enfoque indutivo, a análise inicia-se com um foco mais amplo e, no transcurso da pesquisa, vai se tornando cada vez mais específico.

- O significado é de importância vital na abordagem qualitativa.

Outro aspecto primordial, no campo da investigação qualitativa, é a importância auferida ao significado construído pelos sujeitos implicados no fenômeno em estudo. O investigador tem interesse particular sobre o modo como os sujeitos dão sentido ao fenômeno em tela. Em relação a isso, Bogdan e Biklen (1994) retomam as ideias de Erickson (1986) e de Dobbert (1982), para quem o investigador de uma pesquisa participante, ao procurar apreender as perspectivas dos sujeitos envolvidos, deve atentar para a dinâmica interna da situação pesquisada. Esse movimento de apreensão é absolutamente distinto daquele em que o investigador recolhe os dados em uma situação pontual, como observador externo à situação estudada.

A investigação qualitativa também se afasta da pesquisa quantitativa, no que se refere a outros dois tópicos: generalização e amostra.

A investigação quantitativa lida com o conceito de generalização estatística, por meio da qual os resultados da pesquisa podem ser generalizados a outras situações. A investigação qualitativa, a seu turno, lida com o conceito de generalização naturalística. De acordo com a generalização naturalística, o valor do produto da pesquisa é percebido unicamente como fruto do processo. Por isso, os achados da pesquisa são passíveis de serem generalizados tão somente a situações semelhantes à estudada. A pesquisa quantitativa lida com a amostra estatística, o que equivale a dizer que a amostra é significativa somente quando igual ou superior a 10% do universo observado. A seu turno, a investigação qualitativa trabalha com a amostra não probabilística, na qual os depoimentos dos sujeitos são compreendidos como representantes de um segmento de pertença (FONTANELLA et al., 2008). A pesquisa qualitativa também observa

a amostra por saturação teórica, quando os dados coletados passam a apresentar redundâncias.

Considerações finais

No presente estudo bibliográfico procuramos destacar a noção de que o conhecimento é uma construção histórica. A partir desse entendimento trouxemos algumas considerações sobre o Positivismo e sobre as principais bases filosóficas da pesquisa qualitativa: a Dialética e a Fenomenologia.

Também buscamos evidenciar a inexistência de uma verdade única, no âmbito da Ciência, mormente nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Com base nessa premissa, elencamos algumas características do conhecimento científico, com atenção às especificidades da pesquisa qualitativa no campo da Educação. Salientamos a coexistência de distintas abordagens metodológicas de pesquisa, em um mesmo momento histórico, a depender da cosmovisão do pesquisador.

Essas breves linhas a respeito das bases filosóficas da investigação qualitativa e de seus princípios têm o objetivo de melhor fundamentar o entendimento da especificidade de boa parte das pesquisas desenvolvidas na área de Educação. Como prática social, a investigação, no campo da Educação, conclama uma abordagem epistemológica que perceba, cientificamente, os fenômenos próprios da Educação, considerando suas particularidades em relação aos demais campos das Ciências Humanas e, mais ainda, em relação às Ciências Naturais.

A Educação, enquanto praxis, é constituída de intencionalidade. Por esse motivo há muitas pesquisas educacionais que se erguem em meio a uma intervenção política, com o objetivo de contribuir para a constituição dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

A investigação no campo da Educação traz para si elementos simbólicos que são mediados pela cultura. Os atores do universo educacional, a despeito de serem submetidos a determinantes circunstanciais, interagem todo momento com tais determinantes. Nesse movimento, sujeitos e determinantes circunstanciais interatuam e se modificam mutuamente. É preciso ter isso em mente, no momento de se proceder às escolhas metodológicas das pesquisas, na área educacional.

REFERÊNCIAS

- ANDERY, Maria Amália. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2007.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Ed., 1994.
- CANDAU, Vera. Reformas educacionais na América Latina. In: MOREIRA, Antonio Flávio. (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. p. 29-42.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. In: _____. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- DOBBERT, Marion Lundy. **Ethnographic research: theory and application for modern schools and societies**. New York: Praeger, 1982.
- ENGELS, Friedrich. Introdução à dialética da natureza. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1985. Tomo III.
- ERIKSON, Frederick. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTRUCK, Merlin (Ed.). **Handbook of research on teaching**. 3. ed. New York: Macmillan, 1986.
- FONTANELLA, Bruno. et al. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2013.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. Chicago: Aldine, 1967.
- GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. Competing paradigms in qualitative research. In: DENZIN, Norman; Lincoln, Yvonna. (Ed). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1994. p. 105-117.
- HUSSERL, Edmund. **A ideia da Fenomenologia**. Trad. A. Mourão. Lisboa: Edições 70, 1982.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MASINI, Elcie. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p. 59-67.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Trad. C. A. R. de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MOREIRA, Daniel Augusto. Transporte da Fenomenologia para o domínio da pesquisa. In: _____. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. p. 103-115.
- SANFELICE, José Luís. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 69-94.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a07.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2013.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SOUZA, Sonia. **Um outro olhar: Filosofia**. São Paulo: FTD, 1995.
- TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

*Recebido em 25.05.2013
Aprovado em 28.07.2013*